



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS - FORO DISTRITAL DE IBATÉ
 Rua Albano Buzo nº 367, Jardim Mariana, Ibaté – SP – CEP 14815-000
 Fone (16) 334321-04 - e-mail: ibate@tjsp.jus.br
 Horário de Atendimento ao Público: das 12h30 às 19h

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0002328-92.2014.8.26.0233**

Classe - Assunto **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Patrimônio
 Justiça Pública
 JAELITON CRISTIANO DA SILVA**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. Eduardo Cebrian Araújo Reis

Em 22 de junho de 2016, às 14 horas e 15 minutos, na sala de audiências da Vara Única do Foro Distrital de Ibaté, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito **Dr. EDUARDO CEBRIAN ARAÚJO REIS**, comigo Escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. *Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes*, verificou-se a presença da Promotora de Justiça, **Dra. Larissa Buentes Frazão. Presente** o réu **JAELITON CRISTIANO DA SILVA. Presente** a Defensora – **Dra. Camila Cristina Mendonça de Oliveira OAB 224692/SP. Presentes** as testemunhas comuns **RENATO FERNANDES FALACI, JOSÉ LEANDRO BAPTISTA, ALINE FERNANDA MARTINS DA SILVA. Ausente** a vítima **SEBASTIÃO ROQUE**, que não foi encontrada no endereço informado nos autos, conforme certidão juntada às fls. 80. **Iniciados os trabalhos**, as partes requereram a desistência da oitiva da vítima. Desistência homologada. **Após**, o MM. Juiz inquiriu as testemunhas presentes e interrogou o réu, conforme termo(s) em apartado, "gravado(s) em mídia eletrônica audiovisual, nos termos do Provimento nº 23/2004 do Tribunal de Justiça de São Paulo (item 77 e seguintes do Capítulo II das Normas de Serviço Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça), bem como com base no artigo 405 e parágrafos do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei 11719/08, ainda, nos termos do artigo 13, §3º, da Lei nº 9.099/95, ainda, com base no artigo 169 § 2º e 170 do Código de Processo Civil". **A seguir, de acordo com o artigo 402 do CPP**, pelo MM. Juiz foi concedida a palavra às partes. *Por ambas as partes foi dito que não tinham diligências a requerer.* **Após**, passou-se aos debates que foram gravados em mídia audiovisual. **Na sequência**, o MM. Juiz proferiu a seguinte sentença: "JAELITON CRISTIANO DA SILVA está sendo processado pela suposta infração ao artigo 155, "caput", do Código Penal porque, de acordo com a denúncia, no dia 09 de setembro de 2014, às 9h19, na Rodovia Washington Luís, nesta cidade, teria subtraído para si bens pertencentes a Sebastião Roque. A denúncia foi recebida em 17/03/2015 (fls. 47). Resposta à acusação às fls. 57/61. Nesta audiência procedeu-se à oitiva de três



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS - FORO DISTRITAL DE IBATÉ
 Rua Albano Buzo nº 367, Jardim Mariana, Ibaté – SP – CEP 14815-000
 Fone (16) 334321-04 - e-mail: ibate@tjsp.jus.br
 Horário de Atendimento ao Público: das 12h30 às 19h

testemunhas e ao interrogatório. As partes manifestaram-se em alegações finais. O Ministério Público requereu a condenação nos termos da denúncia.. A Defesa, de outra parte, postulou a absolvição. É o relatório. Fundamento e decido. A ação penal é procedente. A materialidade está demonstrada pelo auto de exibição, apreensão e entrega de fls. 07/08 e pela prova oral produzida. A autoria também é certa. Interrogado em sede extrajudicial, o acusado admitiu que, aproveitando-se que a vítima dormia depois de consumir entorpecente, apoderou-se da bicicleta e de uma caixa que lhe pertencia, levando tudo para sua casa. Em Juízo, alterou a versão dizendo que o ofendido consentiu em lhe entregar os bens a fim de que fossem vendidos para utilização do dinheiro adquirido com a alienação para consumo comum de drogas. Admitiu que se apropriou do valor obtido com a venda para adquirir tóxicos que foram consumidos exclusivamente por ele próprio. De qualquer forma, os elementos amealhados indicam que efetivamente o denunciado promoveu a subtração incriminada. A testemunha Aline Fernanda Martins Ferreira confirmou que acionou a Polícia porque a mãe do acusado lhe pediu para que fosse comunicado o fato de que a vítima estava à porta de sua casa procurando por seus bens. Os Policiais Militares Renato Fernandes Falaci e José Leandro Baptista prestaram declarações uniformes sobre o fato. Disseram que a Polícia foi acionada e que se dirigiram à residência do réu, onde sua mãe afirmou que o acusado havia depositado os bens no local. Logo após, a vítima chegou, relatou o furto e reconheceu a bicicleta e a caixa que ali estava com sendo de sua propriedade. De acordo com os agentes públicos, o denunciado admitiu que se apropriou indevidamente dos bens pertencentes ao ofendido. De rigor, em consequência, reconhecer-se a adequação dos fatos relatados na denúncia. Não se aplica o princípio da insignificância, pois a conduta do réu era apta a gerar significativo prejuízo ao patrimônio da vítima, tendo em vista a relatada condição de miserabilidade do ofendido. Não se cogita a aplicação da causa de diminuição de pena prevista no artigo 155, § 2º, do Código Penal, haja vista ser o denunciado reincidente, conforme se extrai do teor das certidões anexadas às fls. 13/15 do apenso próprio. Passo a dosar a pena. Ausentes circunstâncias judiciais desfavoráveis, fixo a pena-base no mínimo legal em 1 (um) ano de reclusão e em 10 (dez) dias-multa. Reconheço em favor do acusado as atenuantes da menoridade relativa e da confissão espontânea, conforme requerido pelo Ministério Público em alegações finais, ainda que a admissão de responsabilidade tenha sido empreendida mediante nuances. Milita em desfavor do réu a agravante da reincidência, já reconhecida. Compensando as circunstâncias, mantém-se a reprimenda no patamar original. Torno-a definitiva, pois ausentes outras causas de modificação. Estabeleço regime fechado para início de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS - FORO DISTRITAL DE IBATÉ
 Rua Albano Buzo nº 367, Jardim Mariana, Ibaté – SP – CEP 14815-000
 Fone (16) 334321-04 - e-mail: ibate@tjsp.jus.br
 Horário de Atendimento ao Público: das 12h30 às 19h

*cumprimento da pena em decorrência da reincidência. Pelo mesmo motivo, inviável a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos. **Ante o exposto,** julgo procedente a ação penal e condeno o réu **Jaeliton Cristiano da Silva**, por infração ao artigo 155, "caput", do Código Penal, à pena de 1 (um) ano de reclusão em regime inicial fechado e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, em valor unitário mínimo. Ausentes os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, autoriza-se, por este processo, recurso em liberdade. Arbitro os honorários da Defensora nomeada em 100% da tabela, nos termos do Convênio Defensoria Pública/OAB-SP. Expeça-se certidão. Sentença publicada em audiência. Saem os presentes intimados". Nada Mais. Eu, Paulo César Cicarello, Escrevente Técnico Judiciário, matrícula nº 356881-0, digitei.*

Ministério Público:

Defensor(a) – Dr(a). Camila Cristina Mendonça de Oliveira:

Réu – **Jaeliton Cristiano da Silva**:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA